

CAPTURAS E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA PESCA DE POLVOS DO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA

Leite¹, T.S.; Lins², J. E.; Haimovici, M.^{3,4}

¹Pós-Graduação de Oceanografia Biológica Bolsista CNPq. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Av. Itália, nº 8, Carreiros - Rio Grande. CEP 96201900, RS – Brasil. e-mail: leite_ts@yahoo.com.br

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Oceanografia e Limnologia.

Via Costeira s/n, jorgelins@ufrnet.br.

³Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Departamento de Oceanografia, , docmhm@furg.br

⁴Bolsista de Produtividade CNPq

ABSTRACT

The Fernando de Noronha Archipelago, distant 350 km from the continent, has a small scale fishery for octopus in the shallow waters of its Environment Preservation Area, which is neighbor to the no-take area of the National Park that covers over 75% of the main island. Its resident population is under 3000 and includes at least 46 octopus frequent fishers, some of whom sell part of their catch. Included in a wider scope study of the shallow water octopod of the oceanic islands of Brazil, the octopus fishery at Fernando de Noronha was studied between 2003 and 2005. Fishers and buyers were interviewed on the fishing sites, catch, effort and socio-economical aspects of the fishery. The fishers were mostly native, between 18 and 55 years old, most fished for family consumption and there were no full-time fishers. The 16 more active fishers, caught octopus with handhold hooks during snorkeling, fished in mean twice a week, a mean of 7.95 kg. A rough estimate of the annual catch is between 3 and 6 metric tones. Restaurant and hotels consumption was estimated at around 8.2 mt of octopus per year, of which less than 11% were declared as provided for the local fishery, and the rest imported from the mainland. The results suggest that, if properly regulated and maintained at the actual level, this fishery could be sustainable.

Palavra-chave: *Octopus*, área de preservação, pescaria

INTRODUÇÃO

O Arquipélago de Fernando de Noronha (AFN), localizado a 360 km do Estado do Rio Grande do Norte (Fig. 1), vem sofrendo alterações na sua porção terrestre desde sua ocupação. Este aumento de população e da carga turística levou a uma intensificação da exploração comercial de atividades relacionadas com o ambiente marinho, além de uma elevação significativa da demanda interna de espécies marinhas de interesse gastronômico como o polvo. Apesar da pesca de polvo nunca ter tido um papel de destaque na atividade econômica local (LESSA *et al.*, 1998), sua atual intensificação para atender a demanda gerada pelo turismo, pode vir a acarretar efeitos negativos tanto para o meio ambiente marinho, como para o eco-turismo, visto que os polvos constituem um importante atrativo turístico como parte da chamada fauna carismática. Nas últimas duas décadas, o Arquipélago está numa fase de consolidar uma política pesqueira/ambiental adequada para garantir a conservação do seu ambiente, recursos pesqueiros e fauna carismática. Neste sentido, em 1988 foram criadas duas áreas de preservação, o Parque Nacional Marinho e a Área de preservação ambiental e, posteriormente elaborada medidas de conservação para diversas espécies marinhas e terrestres locais (FERREIRA, *et al.* 1990). Apesar do polvo se enquadrar dentro desta política, até o ano de 2005 não existia nenhuma regulamentação específica para este animal. A carência de conhecimento sobre a biologia, a importância ecológica, bem como da atividade pesqueira recreacional e comercial foram, até recentemente, empecilhos para a o estabelecimento de normas visando à conservação desse recurso. Com o objetivo de suprir a falta de conhecimento sobre a única pescaria de polvo em ilha oceânica do Brasil, a pescaria do AFN foi estudada a partir de dados obtidos em entrevistas e amostragens realizadas entre 2003 e 2005, assim como os aspectos socioeconômicos e cadeias produtivas relacionados à utilização desse recurso nas ilhas. Entre os resultados alcançados, que são apresentados neste trabalho está a determinação da espécie que comporta a totalidade das capturas, a identificação das áreas de pesca e suas importâncias relativas, a quantificação do número de pescadores ativos, a descrição da cadeia produtiva, a estimativas do consumo de polvo pela indústria turística, e da contribuição da pesca local ao total e uma avaliação da importância econômica e social desta pescaria.

METODOLOGIA

O estudo de diversos aspectos da pescaria de polvo foi realizado a partir de amostragens das capturas e entrevista realizadas entre 2003 e 2005. As informações solicitadas aos diferentes participantes do "sistema pesqueiro" foram organizadas em questionários referentes à: (1) atividade de pesca; (2) características sócio-econômicas dos pescadores; e (3) consumo e comercialização do produto da pesca. No total foram realizadas 163 entrevistas: 31 entrevistas provenientes de 16 pescadores considerados os mais ativos, definidos como aqueles que tinham pescado pelo menos uma vez nos quinze dias anteriores a entrevista. Os principais dados registrados foram: áreas de pesca, número de pescarias por semana, duração das pescarias, quantidade de polvo capturado por hora e por semana, quantidade de polvo vendido e quantidade consumida por semana. Os 16 pescadores, identificados como os mais ativos também colaboraram com a pesquisa sobre os aspectos sócio-econômicos da pesca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A espécie de polvo alvo da pescaria foi identificada como *Octopus insularis*, espécie dominante em todas as ilhas oceânicas e nas águas rasas do NE brasileiro (LEITE & HAIMOVICI, 2006). As áreas de pesca legal de polvo no AFN são restritas às regiões rasas dentro da Área de Preservação Ambiental, em função da proibição de pesca na área do Parque Nacional Marinho. Uma vez que estas áreas se encontram todas no norte da ilha, as mudanças oceanográficas que ocorrem no Arquipélago de Fernando de Noronha (TEIXEIRA, et al. 2003) impedem a pescaria na APA entre os meses de dezembro a março, possibilitando assim o repovoamento dessa área (Fig. 1).

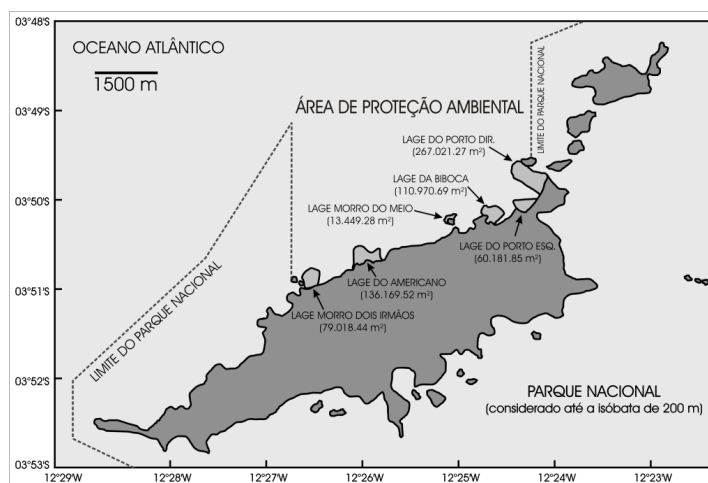


Figura 1. Área de estudo: Arquipélago de Fernando de Noronha. Os polígonos delimitados correspondem às áreas onde são realizadas as pescarias de polvo com suas respectivas áreas.

O polvo é capturado com ganchos chamados de "bicheiros" nas áreas descobertas de arrecife ou através de mergulhos livres. Sobre os arrecifes descobertos e em profundidades inferiores a 1,5 m de prof., em geral, são capturados exemplares jovens.

A produção anual de polvo no arquipélago, estimada a partir das capturas semanais dos 12 pescadores que comercializam a maior parte da pesca, se situaria entre um mínimo de 3 t., e se incluirmos os 45 pescadores que solicitaram licenças em 2005, atingiria uma estimativa máxima de 6 t. anuais. A produção de polvo no AFN é comparável a da pesca num arrecife de 4,5 km² na costa da Bahia, onde registrou-se uma captura anual de 4 t (JAMBEIRO, 2002), como também a outros ambientes insulares, como as Ilhas Canárias e o Havaí (HERNÁNDEZ, et al., 1998; CASCORBI, 2004). Por outro lado, os rendimentos dos pescadores entrevistados no AFN, de 3,14 kg/hora/pescador, foram superiores aos registrados na Bahia, de 1,54 kg/pescador/hora. Esta diferença pode ser atribuída à presença de uma área de exclusão de pesca, o Parque Nacional Marinho do Arquipélago de Fernando de Noronha, localizado próximo às áreas de pesca, o que não ocorre no litoral baiano.

O volume de polvo comercializado foi estimado em torno de 2,3 t. anuais. O consumo semanal das 14 posadas e restaurantes de Fernando de Noronha, que incluíam o polvo no seu cardápio, foi estimado em 10,7 kg por estabelecimento e o total anual em 8,2 toneladas, através de

entrevistas em diferentes épocas do ano. A proporção de polvo originário das ilhas vendida nos estabelecimentos comerciais inferido das entrevistas foi em torno de 11,4%. Considerando o total de polvo comercializado pelos pescadores em torno de 2,3 t., concluiu-se que, ou o consumo nos estabelecimentos está subestimado, ou parte dos polvos capturados pelos pescadores é vendido entre os moradores. O preço do polvo vendido na ilha variou entre 12 e 20 reais o quilo. Já os pratos feitos à base de polvo vendidos nos restaurantes tinham preços que variaram de 35 a 45 reais. Considerando um consumo anual médio de 8.2 toneladas, e que cada porção a base de polvo leva em torno de 0,400 kg cru, o polvo das ilhas contribui para uma movimentação econômica da ordem dos 816.700 reais. O valor de comercialização dos polvos em AFN é compatível com o preço por kg na Europa ou Japão (7 a 12 \$), porém é muito superior aos preços cobrados nas praias da costa do NE do Brasil que variam de 6 a 10 reais. O alto valor de venda dos polvos em Noronha, aliado a ausência de intermediários permite que mesmo com capturas reduzidas os pescadores consigam uma renda que justifica a atividade pesqueira.

Os pescadores de polvo de Fernando de Noronha tinham idade variando de 18 a 55 anos, sendo que a maior parte deles nasceu ou se criou no AFN. A renda mensal originária da pesca de polvo variou de 100 a 800 reais. Esta representou uma complementação de renda, visto que a maior parte dos pescadores desenvolvia outra atividade como guias turísticos. Apenas dois pescadores afirmaram viver exclusivamente da pesca do polvo durante o período do ano em que ocorre a pescaria na APA.

Mais do que uma atividade de importância econômica, a pesca de polvo no AFN esta ligada com questões culturais. A maioria dos pescadores pesca desde crianças e tiveram esse conhecimento transmitido por seus pais. Ser um bom pescador de polvo reflete a condição de ser bom mergulhador, atividade bastante respeitada entre os ilhéus. A maior parte dos 45 pescadores cadastrados afirmou que pesca apenas para comer, ou apenas para se divertir e testar suas habilidades como mergulhador. Esta importância cultural na pesca de polvo pode ser verificada em ilhas oceânicas como o Havaí, onde a pesca recreacional de polvo tem profundas implicações para o manejo.

CONCLUSÕES

Embora os dados disponíveis sejam limitados, a partir dos resultados apresentados parece que a pesca de polvo apesar de fazer parte dos costumes locais, a mesma não exerce pressão importante sobre o recurso polvo no Arquipélago nos limites em que se encontra. Considera-se que devidamente regulamentada e mantida no nível atual, esta pescaria pode ser sustentável;

REFERÊNCIAS

- CASCORBI, A. 2004. Seafood Watch. Seafood Report: Hawaiian Octopus *Octopus cyanea*. **Monterey Bay Aquarium**.
- FERREIRA, L. M., JESUS, F. & SILVA, H. A. 1990. Plano de manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. IBAMA/FUNATURA, 253p.
- HERNÁNDEZ-GARCIA, V., HERNÁNDEZ-LÓPEZ, J. L., & CASTRO, J. J. 1998. The octopus (*Octopus vulgaris*) in the small-scale trap fishery off the Canary Islands (Central-East Atlantic). **Fisheries research**, 35, 183-189
- JAMBEIRO, A. F. 2002. Biologia Quantitativa da população de *Octopus vulgaris* Cuvier, 1797 no ecossistema recifal de Guarapuá, Cairu - Bahia. Bahia. 100p. (Trabalho para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas: Universidade Federal da Bahia).
- LEITE, T.S. & HAIMOVICI, M. 2006. Presente conhecimento da biodiversidade e habitat dos polvos (Cephalopoda: família Octopodidae) de águas rasas das ilhas oceânicas do nordeste brasileiro. In: **Ilhas Oceânicas Brasileiras - da Pesquisa ao Manejo**. 1 (R.J.V. ALVES, CASTRO, J.W.A., eds), 199-214. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília.
- LESSA, R., SALES, L., COIMBRA, M. R., GUEDES, D. & VASQUE, T. Jr., 1998. Análise dos Desembarques da Pesca de Fernando de Noronha (Brasil). **Arquivos de Ciência Marinha, Fortaleza**. 31(1-2): 47-56.
- TEIXEIRA, W.; CORDANI, U. G. & MENOR, E.A. 2003. Caminhos do Tempo Geológico,. In: R. Linsker (Ed.). 26-63. **Arquipélago de Fernando de Noronha o Paraíso do Vulcão**. Terra Virgem Editora. São Paulo, SP.